

Delfim na Europa. (Aqui ele conta o que vai pedir.)

Delfim já está na Europa para uma nova rodada de negociações com os principais credores brasileiros. Mas, antes de embarcar, ontem à noite, o ministro veio a São Paulo e, a muito custo, concedeu uma entrevista aos repórteres da TV Bandeirantes, na garagem do edifício onde mora. Acabou confirmado que precisa vencer a resistência do FMI e dos banqueiros e conseguir pelo menos mais 3,5 bilhões de dólares urgentemente.

A íntegra da entrevista:

— Ministro, comenta-se que o sr. iria pedir 4 bilhões de dólares que estariam faltando para fechar a nossa caixa este ano. Como está a situação de caixa do Brasil?

Delfim — Vamos esclarecer isso. Realmente nós não vamos pedir nada, nem 4 bilhões de dólares. O que existe é exatamente o que nós pedimos, o que nós combinamos com os banqueiros em dezembro de 82. Infelizmente, o projeto quatro (crédito interbancário) não atingiu o nível que nós desejávamos que atingisse, e ficaram realmente faltando aí em torno de três bilhões, três dos seis bilhões e meio de dólares.

— Que é que falta para fechar o balanço, este ano? É isso?

Delfim — Não, não. Isso é simplesmente para "rodagem" das coisas. O que nós estamos procurando fazer agora é esse entendimento final com o Fundo, para que possa haver a liberação não só das cotas do Fundo, mas também para que os banqueiros possam cumprir a segunda e terceira tranches dos empréstimos que temos contratados com eles.

— O que falta para esse entendimento final com o FMI? Seria a aprovação, pelo Congresso, do projeto de mudança na lei salarial?

Delfim — Não, eu já disse que a mudança da lei salarial não tem nada que ver com o FMI. A mudança da lei salarial tem que ver conosco mesmo, tem que ver com a organização interna do País. Há mais de dois anos que nós vimos lutando com isso. Não há nenhuma vinculação entre uma coisa e outra. Nós estamos praticamente com o acordo terminado. Há pequenos detalhes. Temos que discutir isso com cuidado.

— Qual seria a situação de caixa, hoje, do Brasil? Nós não temos dinheiro? Dizem que não há dinheiro para pagar a conta-petróleo. Como está a situação?

Delfim — Não é verdade. Nós estamos com toda a conta do petróleo e com juros em dia.

— O Brasil vai declarar a moratória? Estão falando agora em moratória negociada, que seria mais vantajoso para o País. Seria mesmo?

Delfim — O que se diz... Eu acho que agora se começa a estabelecer um pouco de bom senso nisso. É preciso negociar. Ora, meu Deus do céu, é isso que nós estamos fazendo há mais de um ano. E vamos continuar negociando.

— Ontem o ministro Galvães anunciou uma nova renegociação da dívida externa. Como vai ser feita realmente essa renegociação?

Delfim — Essa renegociação é permanente. Nós estamos hoje terminando os entendimentos que devem abranger 83 e 84. Se as coisas correrem como nós pensamos, em setembro deveremos apresentar a carta de intenção ao Fundo, em outubro possivelmente essa carta seja aprovada pelo board, e aí tudo bem.

— O que falta para chegar a um acordo com o FMI?

Delfim — Não falta, falta muito pouca coisa, nós temos que... cada parágrafo é discutido com cuidado, de forma que, nas linhas mestras, a política brasileira tem uma aprovação. Nós estamos discutindo pequenos detalhes, principalmente do déficit público.

— E sobre a moratória. O País discute qual seria a posição realmente: moratória ou renegociação?

Delfim — Renegociação é o caminho correto. Nós estamos conseguindo trabalhar com a renegociação, e é o que vamos fazer.

— A maxidesvalorização do cruzeiro...

Delfim — Você está brincando comigo, com um saldo enorme desse que nós temos aí.

A missão dos bancos não fala com os ministros. Por quê?

Os economistas Douglas Smee, do Banco de Montreal, Bryce Ferguson, do Citybank, e Robin Chapman, do Lloyds Bank, terminarão amanhã a nova fase de conversações para avaliar a economia do País, sem manter qualquer encontro com os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvães, ou com o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni.

Eles fazem parte do Subcomitê de Economia do Comitê de Assessoramento da Fase 2 da Dívida Externa Brasileira. Segundo o Banco Central, a vinda dos representantes do subcomitê tem caráter "estritamente técnico". Mas a falta de contato com os ministros, ao contrário das visitas anteriores, estimulou as especulações de que a renegociação da dívida assume crescente conotação política, em vez de se limitar a simples acertos com banqueiros.